



Bancários de Criciúma (SC) conquistam lei que barra tentativa do Bradesco de precarizar segurança



alterando o Artigo 1º da lei 403/1997, passando a ter a seguinte redação: “É obrigatória, nas agências, cooperativas de crédito, postos de serviços, unidades de negócio e demais estabelecimentos bancários em funcionamento no município, a instalação de porta eletrônica de

Mobilização de trabalhadoras e trabalhadores e do Sindicato dos Bancários de Criciúma resultou na aprovação de uma lei que desmonta a estratégia dos bancos privados de retirarem as portas giratórias de proteção à segurança dos clientes e bancários na Câmara dos Vereadores de Forquilha, sul de Santa Catarina. O Bradesco está usando a manobra de transformar as agências em “unidades de negócio” para justificar a retirada de portas eletrônicas e, até mesmo, de vigilantes.

De autoria do vereador Célio Elias (PT), o Projeto de Lei (PL) nº 28/2021 foi aprovado no dia 27 de dezembro, última sessão de 2021,

segurança individualizada em todos os acessos destinados ao público.”

Para o diretor do Sindicato e funcionário do Bradesco, Magno Branco Pacheco, a aprovação do PL representa uma significativa vitória dos trabalhadores bancários na luta contra os abusos constantemente praticados pelos bancos, a exemplo do Bradesco. “Agora nós ganhamos força para buscarmos as alterações junto aos vereadores dos outros municípios da nossa base”, completou o dirigente.

Fonte: CONTRAF

Santander transfere bancários da área de tecnologia para empresa terceirizada do banco



No dia 19 de janeiro de 2022, o Santander promoveu a terceirização da área de tecnologia, ao transferir todos os funcionários da área de tecnologia para a F1RST, empresa do próprio conglomerado. Com esta manobra, o banco retirou os trabalhadores da representação do Sindicato dos Bancários da Convenção Coletiva de Trabalho negociada entre o movimento sindical bancário e a Fenaban (federação dos bancos).

“A F1RST não passa de um artifício que busca encobrir o trabalho bancário, reduzir custos e cortar direitos de mais de dois mil bancários, além de ser uma inaceitável interferência da direção do banco na organização sindical dos trabalhadores”, destaca Vera Marchiori, diretora executiva do Sindicato dos Bancários de São Paulo.

Vera enfatiza que os governos Temer e Bolsonaro, apoiados pelos banqueiros e outros empresários, destroçaram os direitos trabalhistas, abrindo caminho para a terceirização de todo o processo de produção.

O Sindicato dos Bancários e a ContraF-CUT vêm tentando conter as investidas dos banqueiros e do governo pra cima dos direitos dos bancários, por meio de negociações e da manutenção da Convenção Coletiva de Trabalho.

“Os banqueiros, sabendo que se aproxima o fim deste governo, tentam firmar a reforma trabalhista que ajudaram a construir, ampliando todas as formas de terceirização. Mas é preciso deixar claro para os trabalhadores do Santander e demais bancos que o Sindicato não abrirá mão de lutar pelos direitos dos trabalhadores e pelo direito de representar os trabalhadores do sistema financeiro”, afirma Vera.



Vera Marchioni protesta contra terceirização. Foto: Sindicato dos Bancários de São Paulo

“Também é importante ressaltar que, em 2022, não podemos falar sobre luta pelo direito dos trabalhadores sem mencionar as eleições que serão realizadas em outubro deste ano. Os trabalhadores têm a obrigação de exigir dos seus candidatos o compromisso de revogação da reforma trabalhista que entrou em vigor em novembro de 2017, e que destruiu nossos direitos, sem criar nenhum emprego”, reforça Vera.

“Todos esses trabalhadores que passaram a ser da F1RST precisam se associar novamente ao Sindicato dos Bancários como sócios parceiros – inclusive o valor da mensalidade é bem mais em conta – para que continuem participando da nossa luta. Juntos somos mais fortes!”, orienta Lucimara Malaquias, coordenadora da Comissão de Organização dos Empregados do Santander.

A dirigente sindical ressalta que já está em andamento uma denúncia no Ministério Público do Trabalho sobre a terceirização dos trabalhadores do Geração Digital para a F1RST.

“A participação dos trabalhadores neste processo é fundamental. Para isso, devem se manter conectados ao Sindicato, denunciando as condições de trabalho. O sigilo é absoluto”, ressalta Lucimara.

Espanha volta atrás na sua reforma trabalhista

Em 2012, a Espanha, país de origem do Santander, implantou uma ampla reforma trabalhista visando combater o desemprego, e que estabeleceu uma série de dispositivos que resultaram na precarização de direitos.

Contudo, atualmente, o país convive com 15,26% da população economicamente ativa desempregada, uma das mais altas taxas de desocupação da União Europeia.

Dez anos depois da entrada em vigor da nova lei, sob o governo progressista do primeiro-ministro Pedro Sanchez, do PSOE (Partido Socialista Operário Espanhol), o país toma o caminho inverso. Em 30 de dezembro, um decreto determinou um novo marco legislativo.



Primeiro-ministro espanhol Pedro Sánchez. Foto: PES Communications / Flickr

O principal objetivo da nova reforma trabalhista espanhola é acabar com os contratos temporários, que já atingem 26% dos contratos de trabalho. A nova lei pretende voltar a estimular a contratação por prazo indeterminado, muito mais benéfica aos empregados.

Para as empresas de terceirização de serviços, passa a ser obrigatório que o valor dos salários seja definido a partir das normas coletivas aplicáveis às empresas que contratam as terceirizadas.

Desta forma, trabalhadores terceirizados, como por exemplo no setor bancário, deverão receber salários determinados pelas convenções coletivas ratificadas entre bancos e sindicatos de bancários.

O novo marco define ainda punições mais severas a fim de evitar fraudes contratuais. O principal objetivo é restringir contratações temporárias fraudulentas.

Importante lembrar que a reforma trabalhista espanhola de 2012 serviu de modelo para a lei trabalhista brasileira aprovada em 2017, durante o governo de Michel Temer, e após o golpe parlamentar de 2016.

“Mas ambas provaram-se incapazes de gerar empregos, como havia sido prometido pelos governos dos dois países que implantaram os novos marcos trabalhistas. Tanto Espanha como Brasil seguem com altas taxas de desemprego e convivem com a corrosão da renda da população, causada pela precarização da mão de obra”, afirma Vera.

“No Brasil, o ano se inicia com muita luta, e também com a importância da consciência de que este cenário extremamente desfavorável aos trabalhadores tem a chance de ser revertido com as eleições de outubro”, afirma Vera.

Fonte: Sindicato dos Bancários de São Paulo

Contraf-CUT manifesta solidariedade ao trabalhador de banco agredido no Maranhão

O caso aconteceu em Açailândia, a 567 km da capital São Luís e foi revelado pelo Fantástico, da TV Globo, classificado como racismo, no último domingo (2)



A Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) manifesta solidariedade ao trabalhador de um banco, Gabriel da Silva Nascimento, de 23 anos, que foi agredido dentro do próprio carro, em frente de casa, em Açailândia, no Maranhão.

Os autores das agressões são o empresário Jhonnatan Silva Barbosa e a dentista Ana Paula Vidal, que também moram no prédio. Eles mandam o jovem sair do veículo e começam

as agressões, que foram registradas em vídeo. Gabriel é derrubado, sofre chutes, pisões, tapas e Ana Paula põe os joelhos na sua barriga, enquanto Jhonnatan pisa em seu pescoço. A sessão de espancamento só parou quando um vizinho avisou que a vítima é moradora do prédio e dono do carro de onde foi retirado.

Para Almir Aguiar, secretário de Combate ao Racismo da Contraf-CUT, este é um caso de racismo estrutural, que está sendo acompanhado

pela Confederação, como outros que acontecem país afora. “O racismo foi estruturado desde 1535 com a chegada dos primeiros escravizados. Até hoje ele vem se fortalecendo cada vez mais. É algo tão forte a ponto de um cara que está dentro do seu próprio carro, por ser negro, ser acusado por outras pessoas de estar roubando o veículo que não acreditam ser dele. Ou ao entrar no supermercado, você ser seguido pelos seguranças, ser olhado de outra forma pelas pessoas, principalmente se você está de bermuda e camiseta. Enfim, é o racismo estrutural.”

Entenda o caso

As imagens reveladas pela TV Globo mostram que o caso aconteceu na manhã de 18 de dezembro. Ana Paula Vidal morava no mesmo prédio da vítima. Gabriel estava dentro do carro e esperava para ir a uma festa do trabalho.

A vítima também se mudou do imóvel, três dias depois do crime, porque ele pertence à família da mulher que o agrediu. Com medo, ele teve acompanhamento da polícia para retirar seus pertences de lá. No dia das agressões, Gabriel foi à delegacia para fazer um boletim de ocorrência, mas em três tentativas diferentes, ele foi informado de que o sistema estava fora do ar. Por isso, só conseguiu registrar a queixa no dia seguinte, o que impediu a prisão em flagrante dos agressores. Até agora, nenhum deles foi ouvido pela polícia.

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

O agressor Jhonnatan Silva Barbosa já foi condenado pela Justiça por ter atropelado e matado um senhor de 54 anos, em 2013. Ele foi condenado a 2 anos e 8 meses de prisão, que foram convertidos em serviços comunitários e multa de um terço de um salário mínimo. O Fantástico encontrou Jhonnatan, mas a pessoa que se identificou como tio dele informou que o sobrinho não daria entrevista. Em nota, Ana Paula Vidal, também agressora, pediu desculpas e disse que não teve uma atitude racista.

“Precisamos ter no Brasil mais leis que contenham este tipo de atitude, que combatam este racismo perverso que observamos todos os dias em todos os cantos do país. A gente sabe de inúmeros casos transformados em injúrias raciais, que não acabam em prisões. É difícil ver um caso de uma pessoa que cometeu um ato de racismo ser preso. Não podemos ficar desta forma, precisamos de leis mais duras para resguardar a maioria da população brasileira. Se a pessoa não tiver uma pena para que ela seja inibida em relação a isso, as coisas vão continuar acontecendo. Isto precisa ter um ponto final”, finalizou Almir Aguiar.

FONTE: CONTRAF

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF